



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

**1. ABERTURA**

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta e seis minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Ribeirapera – Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, E.M., S.A. – Plano de Atividades e Orçamento para 2019
- 1.2. Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. – Plano de Atividades e Orçamento para 2019
- 1.3. Alteração de Regulamentos Municipais – Início de procedimento
- 1.4. Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto - Departamentos do 1º Ciclo e do Ensino Pré-Escolar – Pedido de oferta de almoço de Natal
- 1.5. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedidos de cedência de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.6. CERCICAPER - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera – Pedido de cedência de transporte, de cedência do auditório da Praça da Notabilidade e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.7. Adenda ao contrato de empreitada “Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndios 2017”
- 1.8. Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. – Natal na Aldeia – Pedidos diversos
- 1.9. Natal na Aldeia – Apoio à iniciativa
- 1.10. Habitações Permanentes afetadas pelo incêndio de junho de 2017 - Apoio no âmbito da ligação de energia elétrica

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Alterações às Grandes Opções do Plano de 2018
- 2.4. Alterações ao Orçamento de 2018

3. Secção de Aprovisionamento, Gestão de Stocks e Património



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

- 3.1. CONNECT – Convite de Adesão à Central Nacional de Compras Municipais
- 3.2. Alienação de veículos em fim de vida útil – Adjudicação
- 3.3. Alienação de resíduos de ferro - Adjudicação
4. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo
  - 4.1. Pedido de confirmação do estado de ruína de imóvel – Retificação de deliberação
  - 4.2. Obra particular
  - 4.3. Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017 - Apreciação de requerimentos
5. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais
  - 5.1. Procedimento no âmbito da candidatura designada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) Incêndio/2017”
  - 5.2. Procedimento no âmbito do Protocolo celebrado com o Fundo Ambiental para execução de “Medidas Emergentes nas áreas de intervenção prioritárias de proteção dos recursos hídricos afetados – 2.ª Fase”
6. Setor de Ambiente
  - 6.1. Agregação dos Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Resíduos Sólidos - Constituição da Comissão Instaladora

**IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

**2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

A Sra. Presidente informou os Senhores Vereadores que não foi possível concluir as atas n.º 20/2018, de 31 de outubro, e n.º 21/2018, de 12 de novembro, devido à extensão das mesmas e ao elevado volume de trabalho das técnicas envolvidas na sua elaboração, dando conta que as mesma iriam ser submetidas a apreciação e votação em próxima reunião de Câmara.

Não se registando intervenções, a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

Foram presentes pela Sra. Presidente as seguintes informações:

- Através de e-mails de 13/11/2018, veio o Grupo Parlamentar “Os Verdes” remeter ao Município, para conhecimento, o Projeto de Resolução N.º 1857/XIII/4ª. que apresentou na Assembleia da República, recomendando ao Governo que considere a abolição das portagens na A25 – Autoestrada das Beira Alta e Litoral, bem como o Projeto de Resolução N.º 1858/XIII/4ª., recomendando, igualmente, ao Governo que considere a abolição das portagens na A24 – Autoestrada do Interior Norte.
- Através de e-mail, datado de 21/11/2018, veio a Comissão de Festas da Gestosa Cimeira convidar o Executivo para o 9.º Jantar de Natal da Gestosa



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

Cimeira, que vai realizar no próximo dia 15 de dezembro, na coletividade, pelas 19h00.

- No dia 4 de dezembro (manhã e tarde), no Auditório da Praça da Notabilidade, realizar-se-á uma sessão de esclarecimento sobre constituição de Entidades de Gestão Florestal consignadas no Decreto-Lei n.º 66/2017 de 12 de junho, dirigida a proprietários florestais, OPF's; Organizações de Baldios e Associações Empresariais do Pinhal Interior, que será levada a cabo pelo Gabinete do Secretário de Estado da Valorização do Interior e contará com a presença do Senhor Secretário de Estado;
- No próximo dia 6 de dezembro, pelas 19h00, a Delegação do Centro da Ordem dos Arquitetos, com sede em Abrantes, vai realizar no Auditório da Praça da Notabilidade a 71.ª atividade PROJECTAR. Estas sessões destinam-se, para além dos arquitetos da região, a todas as pessoas com curiosidade e interesse nestes temas, sendo de acesso livre e limitadas à lotação da sala disponibilizada para o efeito e têm como objetivo exibir documentários de Arquitetura, como forma de divulgar a vida e obra de arquitetos com importância na história e teoria da Arquitetura, nacional e internacional, de várias épocas e movimentos, e assim contribuir para o enriquecimento da cultura arquitetónica na nossa região.
- Foi entregue no Município o projeto-base relativo à empreitada de conceção-construção da remodelação da ETAR de Castanheira de Pera promovida pela empresa Águas do Vale do Tejo e adjudicada por esta à empresa GR4PT, S.A., pelo valor de 1 425.000 €.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Em complemento às informações elencadas, a Sra. Presidente informou que foi publicado no Diário da República, na data da presente reunião, um pedido de mobilidade de um Fiscal Municipal para este Município.

Informou ainda que se encontra marcada para a próxima segunda-feira a tomada de posse da Técnica Superior de Engenharia Civil.

Agradeceu à Fundação Benfica, à Lousitânea e ao Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto a atividade que desenvolveram junto das crianças na reflorestação da floresta ardida.

Deu conta, que no dia 1 de outubro de 2018 a Câmara solicitou ao Agrupamento de Escolas as declarações de não dívida que devem constar junto dos processos para apoio dos manuais escolares, e que o Agrupamento remeteu as indicadas declarações a 24 de outubro. Após isso a Câmara Municipal procedeu à transferência da verba para o apoio financeiro a 5 de novembro.

Referiu também, que no dia de hoje foi concluída a ligação definitiva à rede de distribuição EDP dos espaços do Ginásio e Biblioteca Municipal da Praça da Notabilidade.

Comunicou que se vai realizar amanhã, um almoço de Natal na Casa do Concelho, no qual o Município se fará representar.

Abordou a questão dos diversos diplomas que têm sido publicados sobre a transferência de novas competências para os Municípios e informou que iria mandar proceder à remessa dos mesmos para os Srs. Vereadores para conhecimento e análise.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

Por último, informou que na sequência de algumas reclamações recebidas no Município, por parte de consumidores de água, entendeu o Executivo colocar outro funcionário no terreno para proceder à verificação dos contadores de água e recolha de leituras, por forma a aferir situação a situação, o que veio a atrasar a faturação da água.

Na sequência das informações apresentadas, usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para tentar perceber, no que concerne às transferências de competências, quais são as alterações que diariamente estão a chegar aos Municípios e qual tem sido a posição da Autarquia nesse sentido.

Usou da palavra a Dra. Fernanda Carvalho, para informar, em jeito de esclarecimento, que a Lei-quadro n.º 50/2018, de 16 de agosto, prevê a posterior concretização através de diplomas próprios, verificando-se que diariamente têm saído diplomas nas diversas áreas, à exceção, para já, da saúde e da educação. Acrescentou que, à medida que cada diploma é publicado, a Câmara Municipal dispõe do prazo de 60 dias (contados nos termos legais) para, querendo, se pronunciar.

Na sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes disse querer acreditar que, de uma forma geral, deve ter sido assegurado um reforço financeiro para cada transferência de competências tendo a Sra. Presidente respondido, de imediato, que o assunto sobre as transferências carece de estudo.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes mencionou a informação da Sra. Presidente sobre a tomada de posição respeitante às reclamações de água recebidas no Município, por parte de consumidores, questionando se as mesmas incidiam ao nível da faturação ou das leituras de consumo de água, ao que a Sra. Presidente respondeu que recaíam sobre as duas situações.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes expressou alguma frustração perante o resultado daquilo que poderia e deveria ter sido uma iniciativa de sucesso, até do ponto de vista pedagógico, que foi a ação de reflorestação na área envolvente ao S. João da Mata. Disse estranhar e lamentar, simultaneamente, a ação, pois o espaço que destinaram para plantar os carvalhos não foi devidamente preparado verificando-se que o resultado foi a plantação de uma quantidade considerável de plantas e de árvores no meio dos sobrantes, nomeadamente dos cepos dos eucaliptos que ficaram no local sem que previamente tivessem sido retirados. Neste sentido, referiu ainda que o que vai acontecer é que os eucaliptos como têm um crescimento mais rápido irão sobrepor-se ao carvalho, questionando como iria ser resolvido esse problema.

No uso da palavra, o Sr. Vereador João Graça deu conta que se optou por uma estratégia delineada pelo técnico florestal, por forma a evitar a libertação de dióxido de carbono que resultaria da eventual mobilização de terras, com todos os prejuízos que daí adviriam.

Prosseguindo, esclareceu que quando os eucaliptos rebentarem optar-se-á pelo desbaste dos mesmos até que as árvores autóctones comecem a produzir sombra.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes considerou que, embora não queira rebater, nem se sobrepor à análise técnica que levou a essa decisão pois não dispõe de conhecimentos académicos para tal, parece-lhe que o que fica ali é um conjunto de matéria com uma elevada carga térmica em caso de incêndio.

Em complemento à intervenção anterior, o Sr. Vereador António Henriques considerou a ação efetuada no local como uma “*oportunidade perdida*”, pedindo para que posteriormente se fizesse anexar à presente minuta as fotografias que iria remeter para fundamentar a opinião dos Vereadores do PS.

Não descorando a opinião dos Srs. Vereadores da bancada do PS, a Sra. Presidente referiu que o processo foi acompanhado por vários técnicos credenciados para o efeito pelo que não colocou em causa a análise feita pelos mesmos.

Retorquindo, o Sr. Vereador Gonçalo referiu que ainda que elogie a iniciativa em questão, considera que a forma como foi posta em prática é completamente absurda, ficando a aguardar os resultados da mesma, pois se no futuro algo correr mal voltará a intervir sobre este assunto.

Numa perspetiva de gestão daquela propriedade e até do ponto de vista financeiro, questionou se o Executivo equacionou a hipótese de vender o material lenhoso que lá existia inclusive para ajudar no pagamento da despesa associada à mobilização do terreno.

Em jeito de esclarecimento, o Sr. Vereador Nuno Tomás informou que foi equacionada essa hipótese, contudo e após verificação do arvoredor existente no local por parte de uma empresa para remover os sobrantes, chegou-se à conclusão que tendo em conta as características do mesmo não se justificava a sua venda.

De novo no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu ter conhecimento que havia entidades interessadas na gestão daquele espaço, do ponto de vista da gestão global, ao que a Sra. Presidente informou que efetivamente houve uma intenção contudo sem proposta de facto.

Terminando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que esta iniciativa foi efetuada noutros concelhos, nomeadamente em Mortágua, e que comparando as imagens que tem do trabalho efetuado nesses concelhos, o que foi feito em Castanheira de Pera deixa muito a desejar.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

**4. RIBEIRAPERA – SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DE CASTANHEIRA DE PERA, E.M., S.A. – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2019**



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

Presente o Plano de Atividades e Orçamento para 2019 da Ribeirapera - Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, E.M., S.A. apresentado pelo Conselho de Administração da empresa.

Nos termos do disposto nas alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua última redação, o referido documento, cuja cópia se anexa à presente informação, dela fazendo parte integrante para todos os devidos efeitos, submete-se, pois, à apreciação da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

**DISCUSSÃO:**

Sobre esta matéria usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que começou por designar o documento em apreço de “*um plano de não atividades*”, ainda que compreenda ser muito difícil a Ribeirapera apresentar um verdadeiro plano de atividades de interesse comum, tendo em conta as circunstâncias e a conjuntura que a empresa atravessa.

A mensagem que deixa, visa reforçar que o documento confirma e dá razão ao que sempre foi dito em algumas reuniões por parte da bancada do PS, alertando para algumas questões que lhes parecem ser urgentes resolver.

Prosseguindo, questionou o que é que se fez sobre a matéria em apreço desde que a mesma foi discutida em sede de reunião de Câmara e Assembleia Municipal até à presente data.

Usou da palavra o Vereador Nuno Tomás referindo que os problemas da Ribeirapera se arrastam há muitos anos por inúmeras razões e, tal como foi falado na última Assembleia Municipal, deveria ser ponderada a possibilidade de se fazer uma Assembleia Municipal onde, apesar dos muitos constrangimentos e de a Administração já ter delineadas algumas hipóteses de solução para a empresa, todos possam contribuir para encontrar algumas linhas de orientação no sentido de encontrar uma solução unânime para a empresa.

Atalhando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes disse que quem fica demasiado agarrado ao passado perde capacidade de perspetiva de futuro.

Ainda que considere que a situação da empresa se tenha arrastado por demasiado tempo e que o Município durante muitos anos tenha estado inibido financeiramente de tomar decisões, neste momento isso não se verifica estando agora em condições de se perspetivar uma solução, dando como exemplo a aquisição de ações.

Contrapondo, a Sra Presidente retorquiu dizendo que estão a ser analisadas várias possibilidades, tendo em conta a realidade em que se encontra a empresa e as medidas que se irão tomar.

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes reforçou que o atual modelo de gestão daquela empresa não é viável, e que, uma das alternativas poderia passar pelo Município perspetivar a possibilidade de adquirir o restante capital para poder intervir no parque, pedindo, seguidamente, que o Executivo não se demitisse dessa responsabilidade.





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

Nesta senda e tendo em conta que este problema é de todos, terminou a sua intervenção sugerindo que se agilizasse um pouco mais este assunto na tentativa de abrir a discussão.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

**5. PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M. – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2019**

Presente o Plano de Atividades e Orçamento para 2019 da Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. apresentado pelo Conselho de Administração da empresa.

Nos termos do disposto nas alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua última redação, o referido documento, cuja cópia se anexa à presente informação, dela fazendo parte integrante para todos os devidos efeitos, submete-se, pois, à apreciação da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

**DISCUSSÃO:**

Usando da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que estando a bancada do PS vinculada a uma atitude intelectualmente séria deixava uma mensagem de parabéns à Administração da Prazilândia e aos restantes colaboradores que delinearam o documento em apreço, de uma forma sintética, objetiva, assertiva, bem estruturada, de uma leitura simples, de uma linguagem correta e em que, na globalidade, e após análise, poder-se-ia antever a sua exequibilidade.

Considerou ainda que as preocupações e prioridades estão bem definidas mostrando o caminho que a empresa pretende seguir, o que nem sempre assim foi.

De seguida interveio o Sr. Vereador António Henriques, para sugerir a alteração na página 14 (quadro de pessoal) do documento onde se verifica um lapso no ano, pois onde consta 2018 deverá passar a constar 2019.

Prosseguindo, referiu que, apesar de constar no plano de atividades o evento Natal na Aldeia, não aparece a sua quantificação.

Continuando, questionou como estão a pensar fazer a ampliação dos espaços das sombras e a que melhoria de acessibilidades se refere o documento.

Questionou ainda se a intervenção efetuada este ano veio resolver a questão das infiltrações no recinto da Praia das Rocas ou se terá de ser feita nova intervenção.

Sugeriu que deve ser equacionada pela empresa municipal, a inclusão da imagem da Praia das Rocas no evento Natal na Aldeia uma vez que é o “*nosso cartão de visita*” durante todo o ano.

Seguidamente usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal para referir que, em relação à imagem da Praia das Rocas, era uma situação que se pretendia efetivar mas que tal não foi possível.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

Sobre a intervenção no açude, informou que poderá ter de ser novamente verificada, ainda que este ano a qualidade da água tenha sido muito boa.

No que respeita à acessibilidade e às sombras, deu conta que é intenção da Administração ponderar a expansão das sombras na Praia e equacionar a acessibilidade pela entrada do portão a montante da mesma por forma a facilitar a entrada das pessoas no recinto.

Interveio então o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, para questionar se na próxima época balnear será possível assegurar o acesso à Praia das Rocas pela Alameda das Rocas, uma vez que considera essa entrada absolutamente fundamental podendo ser ali criada uma dinâmica diferente, inclusivamente ao nível do comércio, ao que a Sra. Presidente respondeu que estavam a fazer todos os esforços nesse sentido, não podendo, no entanto, dar garantias desse facto.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem do dia.

**6. ALTERAÇÃO DE REGULAMENTOS MUNICIPAIS – INÍCIO DE PROCEDIMENTO**

Considerando que, em reuniões ordinárias da Câmara Municipal de 10/07/2015 e de 31/03/2017, foi deliberado, respetivamente, dar início ao procedimento de alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Castanheira de Pera, e ratificar o despacho proferido pelo Sr. Presidente dando início ao procedimento de alteração do Regulamento Geral das Taxas do Município;

Considerando que por razões de ordem diversa, de que se destaca a escassez de recursos técnicos e humanos para fazer face ao elevado volume de trabalho em curso, não foi possível dar sequência a tais procedimentos, não tendo as referidas deliberações produzido qualquer efeito útil;

Considerando o lapso de tempo decorrido e o facto de se manter a necessidade de proceder à alteração não só dos regulamentos municipais supra identificados, como de outros regulamentos, seja por força de alteração do quadro legal vigente ou por necessidade de ajustar certos procedimentos à realidade atual;

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere revogar as deliberações acima referidas e dar início ao procedimento de alteração dos seguintes regulamentos:

- Regulamento Geral das Taxas do Município, a fim, designadamente, de efetuar alguns ajustamentos aos montantes a cobrar e corrigir erros e omissões detetadas;
- Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Castanheira de Pera, de modo a dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

- Regulamento Municipal da Componente de Apoio à Família, de modo a integrar o disposto na Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto e adaptar procedimentos às circunstâncias atuais.

Mais se propõe, que, nos termos do preceito legal do Código do Procedimento Administrativo supra mencionado, a Câmara Municipal delibere publicitar na internet, no sítio institucional do Município, o início dos procedimentos ora deliberados, bem como os termos ínsitos naquela norma.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade.

**7. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. BISSAYA BARRETO – DEPARTAMENTO DO 1.º CICLO E DO ENSINO PRÉ – ESCOLAR – PEDIDO DE OFERTA DE ALMOÇO DE NATAL**

Presente ofício do Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Castanheira de Pera informando que, à semelhança dos anos anteriores, os Departamentos do 1.º Ciclo e do Ensino Pré-Escolar pretendem realizar um almoço de Natal com todos os intervenientes (alunos, crianças, assistentes operacionais e docentes), no último dia de aulas do 1.º período, dia 14 de dezembro de 2018, e solicitando que o Município ofereça a referida refeição.

Propõe-se que, conforme tem sido habitual, a Câmara Municipal delibere aceder ao solicitado, fomentando, assim, o são convívio e o espírito de união entre os participantes, com todas as vantagens daí advenientes para a comunidade escolar.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade em minuta.

**8. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDOS DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS**

Presentes e-mails do Sport Castanheira de Pera e Benfica solicitando transporte para o dia 2 de dezembro de 2018 com destino a Almagreira, no âmbito da pré-eliminatória da Taça Distrital – Seniores masculinos, organizada pela Associação de Futebol de Leiria; a cedência de viatura para transporte dos atletas da equipa de Juvenis para os treinos, todas as terças e quintas-feiras, das 18h.00m às 22h00m, bem como isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este domínio nas atribuições e competências do Município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento aos pedidos formulados, incluindo a isenção do pagamento das taxas devidas, no limite das suas competências e da disponibilidade de recursos.

**DELIBERAÇÃO:**



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**9. CERCICAPER – COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE, DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA PRAÇA DA NOTABILIDADE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS**

Presentes e-mails da CERCICAPER – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera a solicitar, respetivamente, a cedência de transporte, com destino a Pombal, no dia 16 de novembro de 2018, a fim de participar no Encontro de Folclore da CERCIPOM; a cedência do auditório da Praça da Notabilidade para o dia 20 de dezembro de 2018, para a realização da festa de Natal da instituição, e a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando o espírito de colaboração que deve presidir às relações institucionais e que tem sido fomentado por ambas as partes, com manifestos benefícios para o bem-comum,

Considerando o elevado préstimo que esta instituição tem no âmbito das respostas sociais do Município, de que resulta inegável benefício para a população local, bem como para a população de vários concelhos limítrofes, uma vez que a ação desta entidade se estende para além das fronteiras concelhias;

Considerando a manifesta relevância sociocultural e recreativa das atividades em apreço, nomeadamente, para os utentes da Cercicaper;

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar a decisão de cedência de transporte, com isenção do pagamento das respetivas taxas.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido de cedência do auditório, isentando, igualmente, a requerente do pagamento das taxas devidas.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**10. ADENDA AO CONTRATO DE EMPREITADA “REABILITAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS/INCÊNDIOS 2017”**

Presente Adenda ao contrato de empreitada “Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndios 2017”, procedendo à retificação de um lapso de escrita detetado no aludido contrato, no que concerne ao prazo de execução da empreitada, que não é de 120 dias, como nele consta, mas, sim, de 115 dias, conforme proposta apresentada pelo adjudicatário.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a referida adenda ao contrato, nos seus precisos termos.

**DISCUSSÃO:**

Usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, lembrando que a Sra. Presidente há algum tempo atrás disse que este procedimento poderia avançar mesmo sem o visto do Tribunal de Contas, tendo então pensado que o Executivo iria avançar imediatamente com as obras.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

Atalhando, a Sra. Presidente informou que sobre o procedimento veio o Tribunal de Contas levantar algumas questões, entendendo por isso o Executivo não avançar com as obras sem que as mesmas fossem clarificadas.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou quais foram as questões colocadas pelo Tribunal de Contas.

Esclarecendo, usou da palavra a Jurista da Câmara Municipal, Dra. Bernardina Macedo, para informar que os esclarecimentos que o Tribunal de Contas solicitou foram, particularmente, na área financeira, nomeadamente relacionados com o financiamento proveniente da Administração Central, dados que o Município não possui, estando o assunto em resolução.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**11. PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M. – NATAL NA ALDEIA – PEDIDOS DIVERSOS**

Presente carta da Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M., datada de 22/11/2018, contendo pedidos diversos relativos ao evento Natal na Aldeia.

Considerando que, atento à natureza e complexidade do evento, este exige a cooperação de vários entes locais de forma a agilizar e garantir o sucesso da realização do mesmo;

Considerando que esta empresa municipal, pelo seu objeto e atendendo à atividade que vem desenvolvendo, detém já um capital de conhecimento e experiência que lhe permite contribuir de forma relevante para o cumprimento dos desideratos que se encontram na génese do evento;

Propõe-se que, em aditamento à deliberação tomada em reunião ordinária deste órgão de 12/11/2018, a Câmara Municipal delibere dar deferimento aos pedidos formulados pela requerente, ressaltando que a gestão dos espaços do domínio público e privado da Autarquia autorizada deverá ser efetuada em estreita coordenação e articulação com o Município.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**12. NATAL NA ALDEIA – APOIO À INICIATIVA**

Considerando que no evento Natal na Aldeia está prevista a participação de vários grupos de crianças e jovens em deslocações organizadas por agrupamentos de escolas e outras instituições;

Considerando que tal facto contribui de forma significativa para a divulgação e promoção não só do evento, como do próprio Concelho, constituindo, assim, uma mais-valia que se impõe acarinhar e apoiar;

Considerando que tem sido abordada por alguns grupos a possibilidade de terem acesso a uma refeição quente como parte integrante do “pacote” da visita;



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

Considerando que o Município dispõe de instalações adequadas para o efeito, bem como de meios técnicos e humanos capazes;

Considerando que a qualidade, e o bem receber também constituem um excelente cartão de visita que em muito contribui para a difusão do bom nome do concelho, a que acresce o facto de se tratarem de crianças e jovens, o que, só por si, é garante de divulgação por um elevado leque de potenciais visitantes deste território;

Considerando, assim, que o equilíbrio custo-benefício do fornecimento das refeições pelo Município faz pender a balança para o prato dos benefícios;

Propõe-se que a Câmara Municipal, em complemento da decisão tomada em reunião ordinária de 12/11/2018 sobre a iniciativa Natal na Aldeia, delibere fornecer gratuitamente, uma refeição (almoço) quente aos grupos de crianças e jovens (até aos 16 anos) que participem no evento através de deslocações organizadas por agrupamentos de escolas ou por outras instituições que acolham e ou trabalhem com este público-alvo, como “pacote” de visita ao mesmo.

Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere que o fornecimento da refeição nos termos apontados, apenas pode ser usufruído exclusivamente para uma visita da criança ou jovem, e para o evento deste ano, carecendo de pedido prévio e atempado, do agrupamento ou instituição em causa, e terá por limite as disponibilidades do Município.

Propõe-se ainda que a Câmara Municipal delibere excepcionar desta oferta os dias 24, 25 e 31 de dezembro de 2018, bem como o dia 1 de janeiro de 2019.

Por fim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere apoiar a iniciativa Natal na Aldeia em tudo o mais que, dentro das suas competências e recursos existentes e disponíveis no Município, possa contribuir para a sua realização.

**DISCUSSÃO:**

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, para abordar uma questão prévia que não diz respeito ao apoio em si, mas sim ao evento, pois tendo em conta a dimensão do mesmo e à importância que se pretende incutir na dinamização do concelho nesta época baixa do ponto de vista turístico, entende que seria útil e mais proveitoso que o evento estivesse já publicitado em cartaz e em folheto com a inclusão de todos os espetáculos que pretendem levar a cabo, bem como de todas as atividades.

Interrompendo, a Sra. Presidente informou que é intenção fazer essa publicidade, mas que, contudo, até ao momento, ainda não foi possível porque se estava a aguardar algumas confirmações para espetáculos a incluir no evento Natal na Aldeia.

De novo no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes mostrou alguma preocupação relativamente ao apoio que o Executivo propõe, nomeadamente do ponto de vista logístico e dos recursos humanos, fazendo também alusão aos grupos de crianças, que considerou benéfico mas que poderia levantar algumas questões que deviam ser vistas.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

Esclarecendo, a Sra. Presidente informou que, no que se refere à receção dos grupos, a mesma iria ser feita de uma forma repartida, e que ter-se-ia sempre em conta os recursos existentes e disponíveis no Município

Por outro lado deu conta que ainda se ponderou a possibilidade de serem cobradas as refeições com base nos escalões que as crianças usufruem nas escolas respetivas, porém, tal situação acarretava alguns constrangimentos, inclusivamente legais, pelo que se optou pela solução que ora se propõe, dado, designadamente, as manifestas mais-valias para o Município provenientes da vinda de tais grupos.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**13. HABITAÇÕES PERMANENTES AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – APOIO NO ÂMBITO DA LIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Considerando que, no âmbito do processo de reconstrução de habitações permanentes destruídas pelo incêndio de junho de 2017, alguns proprietários depararam-se com o facto de a EDP solicitar, para efeitos de ligação definitiva do fornecimento de energia elétrica, que o ramal para passagem dos cabos seja subterrâneo, o que acarreta custos de alguma monta;

Considerando que se tratam de habitações permanentes e que, por esse facto, a não ligação de energia cria grandes constrangimentos e impede a instalação das famílias nas habitações reconstruídas, prolongando a situação em que se encontram;

Considerando que tais famílias ainda estão a viver as agruras que o incêndio de junho de 2017 deixou nas suas vidas e que compete ao Município, enquanto servidor do bem-comum, diligenciar no sentido de auxiliar as pessoas em situação de fragilidade, sem prejuízo das competências que lhe estão cometidas;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere apoiar os proprietários que sejam confrontados com a situação descrita e comprovem manifesta carência económica, aferida pelo critério mais usualmente utilizado, através da realização dos trabalhos que se revelem necessários.

**DISCUSSÃO:**

Em jeito de esclarecimento, usou da palavra o Sr. Vereador Nuno Tomás para informar que após os incêndios, a EDP propôs-se a repor a energia elétrica nas habitações afetadas pelo incêndio de junho de 2017, contudo em algumas das reconstruções que foram efetuadas a instalação elétrica passou para entradas subterrâneas e não aéreas, não tendo a EDP assumido tais ligações exigindo que o proprietário pagassem para esse fim.

Para ultrapassar a questão, submete-se a presente proposta, passando a Câmara a colaborar criando assim condições para que, posteriormente, a EDP efetue a respetiva ligação definitiva.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**14. BALANCETE**

Foi presente o balancete referente ao dia 08 de novembro de 2018, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal, era nesse dia de 2.498.150,04 € (dois milhões quatrocentos e noventa e oito mil e cento cinquenta euros e quatro centímetros), sendo as operações orçamentais no valor de 2.434.801,73 € (dois milhões quatrocentos e trinta e quatro mil oitocentos e um euros e setenta e três centímetros) e as operações não orçamentais no valor de 63.348,31 € (sessenta e três mil trezentos e quarenta e oito euros e trinta e um centímetros). Os movimentos de Tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.508.293,34 € (dois milhões quinhentos e oito mil duzentos e noventa e três euros e trinta e quatro centímetros), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta centímetros) em documentos.

Tomado conhecimento.

**15. PAGAMENTOS**

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 09/11/2018 e 28/11/2018, registados sob os números 1339 a 1459 no valor total de 398.671,12€ (trezentos e noventa e oito mil seiscentos e setenta e um euros e doze centímetros), respeitantes a Despesas Orçamentais.

Tomado conhecimento.

**16. ALTERAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLNO DE 2018**

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º. 3 do artigo 35º., do anexo I, da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 16/11/2018 autorizando respetivamente a 15ª. Alteração às Grandes Opções do Plano no valor de 200,00€ (duzentos euros), no Plano Plurianual de Atividades, por reforço e anulação.

Mais se propõe que a Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea d) do n.º.1 do artigo 33º., do anexo I, da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º. 54-A/99, de 22 de fevereiro, delibere aprovar a 16ª. Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 8.500,00 € (oito mil e quinhentos euros) nas Atividades Mais Relevantes, por reforço e anulação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**17. ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DE 2018**

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º. 3 do artigo 35º., do anexo I, da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 16/11/2018 autorizando respetivamente a 18ª. Alteração ao Orçamento da Despesa no valor de 9.900,00€ (nove mil e novecentos euros), por reforço e anulação.

Mais se propõe que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º. 1 do artigo 33º. do anexo I do diploma supra referido, em conjugação com o estipulado pelo





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

Decreto-Lei n.º. 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal deliberou aprovar a 19ª. Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros), igualmente, por reforço e anulação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**18. CONNECT – CONVITE DE ADESÃO À CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS**

Considerando que:

- As aquisições de bens e serviços por parte dos Municípios e a formação dos respetivos contratos estão sujeitos ao regime da Contratação Pública, nos termos previstos no n.º 2 do art. 1º e alínea c) do n.º 1 do art. 2º, ambos do Código dos Contratos Públicos;
- Como tal, para a formação de contratos de aquisição de bens e serviços cujo objeto abranja prestações que estão ou sejam suscetíveis de estar submetidos à concorrência, os Municípios têm de adotar um tipo de procedimento pré-contratual em função do valor do contrato ou de critérios materiais e seguir a tramitação prevista na parte II do Código dos Contratos Públicos;
- Existem certos tipos de bens e serviços que os Municípios adquirem recorrentemente, como sejam, energia, gásóleo, viaturas, seguros, produtos de higiene e limpeza, economato, etc.;
- Assim sendo, para a aquisição deste tipo de bens e serviços os Municípios estão obrigados a repetir procedimentos pré-contratuais para celebrar contratos com a mesma natureza e características;
- Aos procedimentos pré-contratuais estão associados custos com a sua tramitação, nomeadamente, com a elaboração das peças do procedimento, constituição de júri, análise de propostas e avaliação das mesmas, escolha dos fornecedores, manutenção das plataformas eletrónicas, etc.;
- Atendendo à conjuntura económica atual e às medidas governamentais para a redução do défice e despesa pública, também no âmbito da administração local, torna-se fundamental reduzir a despesa;
- Nesse sentido, afigura-se indispensável reduzir a despesa inerente à aquisição dos bens e serviços mais consumidos pelos Municípios.
- Tratando-se de uma necessidade a nível nacional e com vista à redução dos custos contratuais, à incrementação do poder negocial dos consumidores institucionais locais, bem como à criação de economias de escala afigura-se viável, para o efeito, permitir a possibilidade de centralização da aquisição de bens e serviços através de uma única entidade adjudicante;
- O art.º 260.º do Código dos Contratos Públicos prevê que as entidades adjudicantes, designadamente, as autarquias locais e outras entidades públicas locais, possam constituir centrais de compras destinadas a centralizar a contratação de empreitadas públicas, de locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços;
- A constituição, a estrutura orgânica e o funcionamento das centrais de compras regem-se pelo Decreto-Lei n.º 200/2008 de 9 de outubro;
- As centrais de compras, tendo elas próprias natureza de entidade adjudicante, são entidades que adquirem fornecimentos e/ou serviços destinados a outras



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

- entidades adjudicantes ou procedem à adjudicação de contratos públicos ou celebração de acordos-quadro de obras, fornecimentos ou de serviços;
- De facto, nos termos previstos no art.º 261.º do Código dos Contratos Públicos, as centrais de compras destinam-se a:
    - a) Adjudicar propostas de execução de empreitadas públicas, de fornecimento de bens móveis e de prestação de serviços, a pedido e em representação das entidades adjudicantes;
    - b) Locar ou adquirir bens móveis ou adquirir serviços destinados a entidades adjudicantes, nomeadamente por forma a promover o agrupamento de encomendas;
    - c) Celebrar acordos-quadro, designados contratos públicos de aprovisionamento, que tenham por objeto a posterior celebração de contratos de obras públicas ou de locação ou aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços.
  - As centrais de compras podem, assim, celebrar acordos-quadro, designados contratos públicos de aprovisionamento, que tenham por objeto a posterior celebração de contratos de empreitada de obras públicas ou de locação ou aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços;
  - A figura do acordo-quadro, prevista no art.º 251.º do Código dos Contratos Públicos permite disciplinar relações contratuais futuras a estabelecer ao longo de um determinado período de tempo mediante a fixação antecipada dos respetivos termos;
  - Os acordos-quadro celebrados por Centrais de Compras terão a duração máxima de quatro anos, tal como o previsto no art.º 266.º do Código dos Contratos Públicos;
  - O acordo-quadro é um instrumento de contratação pública introduzido no ordenamento jurídico nacional pela via comunitária, consistindo num acordo entre uma ou mais entidades adjudicantes e entre um ou mais operadores económicos que tem por objeto fixar os termos dos contratos a celebrar durante um determinado período, nomeadamente, em matéria de preços e, se necessário, de quantidades previstas;
  - A Central de Compras permite, assim, concentrar numa única entidade adjudicante a celebração de contratos que, de outro modo, se processaria de modo disperso e fracionado pelas diversas entidades interessadas;
  - Mais, através da Central de Compras, os Municípios ou outras entidades públicas locais que a integram podem obter diversos benefícios, como sejam, economia de procedimentos, preços, prazos de obtenção dos bens e serviços, ou seja, “poupança financeira, transparência, eficiência e agilização dos procedimentos”;
  - A utilização dos acordos-quadro pelas centrais de compras para compras em quantidade, implicando um forte apelo à concorrência, produzirá inevitáveis economias de escala, contribuindo, assim, para a racionalização das compras públicas com poupanças consideráveis dos dinheiros públicos;
  - Nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 252.º do Código dos Contratos Públicos, os acordos-quadro abertos pré-qualificam vários fornecedores para realizarem vendas de bens e serviços aos Municípios que integram a Central de Compras e estabelecem, através de um contrato público



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

de aprovisionamento, as condições e requisitos que estes são obrigados a cumprir, em termos de preços, prazos, níveis de serviço e qualidade do serviço, entre outros aspetos;

- Posteriormente, os fornecedores ficam qualificados para fornecer os Municípios aderentes ou outras entidades de acordo com as regras definidas no respetivo acordo-quadro;
- A formação dos acordos-quadro está submetida, quer quanto à escolha do procedimento, quer quanto à tramitação deste, ao regime geral da formação dos contratos públicos, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 253.º do Código dos Contratos Públicos;
- Mas, de acordo com o previsto no art.º 259.º do referido Código, para a formação de contratos a celebrar ao abrigo dos acordos quadro-abertos, os Municípios apenas terão que dirigir aos fornecedores cocontratantes do acordo-quadro um convite à apresentação de propostas, as quais terão que estar circunscritas aos termos do acordo-quadro, designadamente, aos termos do acordo quadro a concretizar, a desenvolver ou a complementar em virtude das particularidades da necessidade cuja satisfação se visa com a celebração do contrato ou, aos aspetos da execução do contrato a celebrar submetidos à concorrência pelo caderno de encargos do acordo-quadro para efeitos do procedimento de formação do contrato a celebrar ao seu abrigo;
- Os Municípios e outras entidades públicas locais aderentes à Central de Compras poderão, assim, celebrar contratos subsequentes com os fornecedores cocontratantes dos acordos-quadro, nomeadamente, através de ajuste direto, com celeridade e sem necessidade de elaboração de caderno de encargos e demais procedimentos pré-contratuais associados, nomeadamente, ao concurso público nos termos legais;
- Caberá à Central de Compras, através da sua entidade gestora, proceder à abertura de procedimentos concursais, elaboração de peças, análise e avaliação de propostas, escolha de fornecedores e adjudicação para a celebração dos acordos-quadro restando aos Municípios beneficiar dos termos e condições definidos nos acordos-quadro mediante simples convite e subsequente adjudicação nos termos legais;
- Acresce que, nos termos previstos no n.º 2 do art.º 255.º do Código dos Contratos Públicos, as entidades adjudicantes aderentes à Central de Compras não são obrigadas a celebrar contratos ao seu abrigo, podendo beneficiar livremente da centralização de compras;
- Pelo contrário, os cocontratantes dos acordos-quadro obrigam-se a celebrar contratos nas condições naquele previstas à medida que as entidades adjudicantes parte no acordo o requeiram;
- As entidades que aderem a uma Central de Compras, ela própria com natureza de entidade adjudicante, poderão, designadamente:
  - a) Reduzir custos contratuais, uma vez que estão dispensados de repetir procedimentos pré-contratuais e, consequentemente,
  - b) Poupar tempo e recursos na elaboração das peças do procedimento e na tramitação prevista na Parte II do Código dos Contratos Públicos e, por conseguinte,
  - c) Obter os bens e serviços em tempo útil, adequado às suas necessidades;



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

- d) Aceder a preços e condições mais competitivas, uma vez que os cocontratantes dos acordos-quadro fornecerão as várias entidades adjudicantes aderentes, estando em causa um elevado volume de vendas;
- e) Aceder mais rapidamente a inovações lançadas pelas marcas;

Constituição da Central de Compras enquanto entidade agregadora e representante dos Municípios e Entidade Gestora

- As Centrais de Compras enquanto sistemas de negociação e aquisição centralizados em benefício de entidades adjudicantes, podem ser geridas por quaisquer entidades, públicas ou privadas, tal como o previsto no art. 2.º do Decreto-Lei n.º 200/2008 de 9 de outubro que estabelece o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras.
- A Município Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M. S.A., é uma empresa municipal, participada por diversos Municípios, que desenvolve a sua atividade com vista à promoção do desenvolvimento local e regional, nomeadamente, à prestação de serviços energéticos, consultoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, produção de cartografia e ortofotomapas, conceção e gestão de sistemas de informação geográfica, desenvolvimento e gestão de projetos de internet e intranet.
- Nos termos dos seus estatutos a Município tem igualmente por objeto a “organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas e compras em grupo”.
- Face ao seu objeto social e enquanto entidade adjudicante, a Município constituiu e integra a Central de Compras em conjunto com os Municípios, com vista à racionalização da contratação pública de âmbito local, à redução dos custos contratuais e incrementação do poder dos consumidores institucionais locais.
- A Município propõe, assim, a adesão do Município de Castanheira de Pera à Central de Compras;
- A Município mais se propõe a gerir, promover e a assumir a função da Central de Compras, nos termos previstos no n.º 2 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 200/2008 de 9 de outubro;
- A atividade a desenvolver pela Central de Compras assentará na uniformização de preços e disponibilização de catálogos de compras eletrónicos únicos, na generalidade das categorias contratadas, para todos os Municípios integrantes, pelo que se torna imprescindível a capacitação da Central de Compras como representante dos Municípios em sede de recurso aos acordos-quadro celebrados;
- A Município enquanto entidade gestora da Central de Compras e a própria Central de Compras apenas poderão representar os Municípios com a prévia deliberação dos respetivos órgãos executivos, mais carecendo de competente mandato administrativo dos Municípios para constituir a Central de Compras como entidade agregadora devidamente habilitada para fazer os convites em todos os procedimentos que levem à celebração dos acordos-quadro, por si assinados;



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

- A Município pretende, assim, em conjunto com o Município de Castanheira de Pera habilitar a Central de Compras como entidade capaz de iniciar todos os procedimentos concursais necessários à celebração dos acordos-quadro, bem como para fazer convites às entidades fornecedoras em todos os procedimentos que levem à celebração dos acordos-quadro por si assinados.

Sítio na Internet: Portal informativo

- Afigura-se de extrema importância instituir, de igual modo, um portal informativo com vista a realizar consultas, promovendo-se, desta forma, uma maior concorrência, transparência e potenciando melhores condições comerciais para as entidades integrantes da Central de Compras.
- O Portal informativo [www.centralconnect.pt](http://www.centralconnect.pt) tem por objetivo permitir às Entidades Integrantes consultar os fornecedores cocontratantes, as condições de venda dos mais variados bens e serviços, de acordo com um conjunto de critérios previamente definidos, assentes em princípios de concorrência, transparência e eficiência, e que permite aos Municípios e outras entidades locais interessadas uma consulta instantânea ao mercado e aos fornecedores.
- A consulta e a utilização do Portal informativo, como vimos supra, é facultativa sendo a aquisição de bens e serviços com recurso à Central de Compras livre.
- A consulta prévia das condições oferecidas pelos fornecedores cocontratantes é, neste momento, o mecanismo mais adequado à prossecução da redução da despesa pública, valorizando-se a poupança, promovendo-se a concorrência, transparência e a responsabilização pela gestão dos dinheiros públicos.
- Através da Central de Compras os Municípios e outras entidades locais que a integrem alargam as suas vantagens, nomeadamente, através de uma economia de custos e desburocratização nos procedimentos administrativos resultantes da atividade da Central como é demonstrado no Estudo de Viabilidade anexo II.

Nestes termos propõe-se que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

1. Integrar, sem carácter vinculativo de aquisição, sem qualquer custo de adesão ou manutenção, em conjunto com outros Municípios e com a empresa municipal Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A, a Central de Compras denominada Central Nacional de Compras Municipais, e habilitando a mesma a iniciar procedimentos concursais e celebrar acordos-quadro com vista a disciplinar relações contratuais futuras pelas entidades aderentes, bem como a fazer convites ao abrigo dos acordos-quadro por si assinados;
2. Autorizar a Município a gerir, com carácter exclusivo, a Central de Compras CNCM, atento o estudo de viabilidade anexo II;
3. Aprovar o Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central de Compras CNCM anexo I;
4. Aprovar o Portal informativo criado pela Município em [www.centralconnect.pt](http://www.centralconnect.pt)

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

## **19. ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL - ADJUDICAÇÃO**

Presente informação/Análise Técnica da Secção de Aprovisionamento, Gestão de Stocks e Património, datada de 16/11/2018, dando conta das diligências efetuadas a fim de dar cumprimento à deliberação tomada pela Câmara Municipal,





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

em reunião ordinária de 31 de outubro de 2018, referente à venda de veículos em fim de vida útil;

De acordo com a referida informação, das seis empresas convidadas a apresentar proposta, apenas duas, a I10P – Comércio de Peças, Lda e a RSA – Reciclagem de Sucatas Abrantina, SA, apresentaram proposta, com os seguintes valores:

- I10P – Comércio de Peças, Lda - 2.075€ (dois mil e setenta e cinco euros), distribuídos da seguinte forma – 63-18-PP – 1055€ - 23-32-FO – 505€ e 63-24-EZ – 515€;
- RSA – Reciclagem de Sucatas Abrantina, SA um valor total de 2.030€ (dois mil e trinta euros), distribuídos da seguinte forma – 63-18-PP – 1150€ - 23-32-FO – 580€ e 63-24-EZ – 300€;

Considerando os pressupostos subjacentes à deliberação camarária supra identificada;

Considerando que a proposta apresentada pela I10P – Comércio de Peças, Lda. se revela como sendo a mais vantajosa para o Município;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1 alínea cc) do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, delibere a venda dos veículos em questão à empresa - I10P – Comércio de Peças, Lda., nos termos e valores propostos pela mesma, tudo com os fundamentos constantes da Informação/Análise Técnica acima mencionada.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

## **20. ALIENAÇÃO DE RESÍDUOS DE FERRO - ADJUDICAÇÃO**

Presente informação/Análise Técnica da Secção de Aprovisionamento, Gestão de Stocks e Património, datada de 16/11/2018, dando conta das diligências efetuadas a fim de dar cumprimento à deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 31 de outubro de 2018, referente à venda de resíduos de ferro;

De acordo com a referida informação, das seis empresas convidadas a apresentar proposta, apenas uma, a Linhambiente, SA, apresentou proposta, com o seguinte valor: resíduos de ferro – 0,18€/kg.

Considerando que os pressupostos que subjazeram à deliberação camarária acima referida se mantêm inalterados;

Considerando que a alienação e posterior tratamento destes resíduos de forma adequada acarreta diversas vantagens, nomeadamente, de índole ambiental;

Considerando que a proposta apresentada pela Linhambiente, SA, se revela como sendo vantajosa para o Município;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1 alínea cc) do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, delibere a venda dos resíduos em questão à empresa - Linhambiente, SA -, nos termos e valores propostos pela mesma, tudo com os fundamentos constantes da Informação/Análise Técnica acima mencionada.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

**21. PEDIDO DE CONFIRMAÇÃO DO ESTADO DE RUÍNA DE IMÓVEL –  
RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO**

Tendo sido verificada a existência de um lapso em documentos anexos à deliberação tomada, por unanimidade, em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 31 de agosto de 2018, na sequência do pedido formulado por Aurélio Henriques Lopes (Proc.º 2245/2018), consubstanciado na incorreta identificação física do imóvel, procedeu-se às diligências necessárias à correção do mesmo e à consequente emissão de um novo Auto de Vistoria.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere confirmar que o prédio urbano com o artigo matricial n.º 2560 não reúne as condições de habitabilidade necessárias para ser utilizado como habitação, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, tudo com base nos fundamentos constantes do Auto de Vistoria n.º 15/SPOPU/2018, de 22 de novembro de 2018, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**22. OBRA PARTICULAR**

Armindo Rodrigues Graça vem requerer aprovação do pedido de constituição da propriedade horizontal do prédio urbano sito na Avenida de S. Domingos, vila de Castanheira de Pera, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove o referido pedido de constituição da propriedade horizontal, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do Auto de Vistoria n.º 02/SPOPU/2018, de 28 de novembro de 2018, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador João Graça pediu escusa relativamente a este assunto, em virtude de ser familiar direto (filho) do requerente, o que foi aceite, por unanimidade, pelo que o mesmo não participou da apresentação, discussão e votação da presente deliberação, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

**23. OBRA PARTICULAR**

Lília Rodrigues Antão Ventura – Cabeça de casal de herança vem requerer aprovação do pedido de legalização e autorização de utilização referente à operação urbanística de construção de moradia unifamiliar, numa parcela de terreno sita na Palheira, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove o aludido pedido de legalização e respetiva autorização de utilização, tudo nos termos e fundamentos constantes do Parecer n.º 50/SPOPU/2018, de 28 de novembro de 2018, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

**24. REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO 2017 – APRECIÇÃO DE REQUERIMENTOS**

Presente Pareceres emitidos pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, referentes a requerimentos/processos apresentados no âmbito do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere indeferir os pedidos/processos, que correm termos nesta Câmara Municipal sob os números de ordem BA6, M01, M07, SF2, SV5 e TR1, melhor identificados nos respetivos pareceres do Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, nos termos e com os fundamentos constantes dos mesmos, cujas cópias se anexam à presente deliberação e aqui se dão por reproduzidas para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere conceder aos requerentes/interessados, um prazo de 10 dias úteis, a contar da receção da notificação da presente deliberação para vir dizer, por escrito, querendo, o que se lhes oferecer sobre este projeto de decisão, tudo nos termos do disposto nos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Considerando que da totalidade dos requerimentos apresentados se constata a existência em alguns de situações que carecem de melhor especificação e ou esclarecimento, verificando-se, contudo, que não se encontra claramente previsto no Regulamento nem tais situações, nem o procedimento para as ultrapassar, propõe-se, ainda, que a Câmara Municipal, tendo como fundamento a letra e o espírito daquele diploma, delibere que os mesmos possam ser solicitados aos requerentes.

**DISCUSSÃO:**

Interveio o Sr. Vereador António Henriques para dizer que no ficheiro enviado apenas constam 6 processos, questionando, assim, se são só estes que entraram no Município.

Tomando a palavra, a Dra. Bernardina Macedo, informou que não são apenas estes, esclarecendo que, após entrada dos processos na Câmara Municipal foi feita uma triagem dos mesmos no sentido de aferir se estavam devidamente instruídos, de acordo com o Regulamento.

Após esta análise foram detetadas, segundo a opinião dos técnicos, 3 situações, nomeadamente, os processos que estavam devidamente instruídos, os que carecem de alguns esclarecimentos e os que padecem de deficiências graves e/ou não se enquadram no regulamento, tendo sido estes últimos sujeitos, desde já, a apreciação da Câmara.

Finda a intervenção, usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, para dizer que o regulamento é muito específico e exclusivo, uma vez que das 106 habitações existentes no levantamento efetuado, neste momento existe aqui um enquadramento de 30.

Acrescentou que quando a bancada do PS levantou a questão da percentagem e do valor de apoio, na altura tentaram sensibilizar o Executivo para



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

este resultado do universo de 106 habitações e que era possível perceber que o enquadramento legal iria reduzir muito, em cerca de 10% das situações, e que à luz do regulamento a esmagadora maioria não seria elegível.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**25. PROCEDIMENTO NO ÂMBITO DA CANDIDATURA DESIGNADA “REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS, EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS (PAVILHÃO DA RETORTA) INCÊNDIO/2017”**

Ponto retirado da ordem do dia.

**26. PROCEDIMENTO NO ÂMBITO DO PROTOCOLO CELEBRADO COM O FUNDO AMBIENTAL PARA EXECUÇÃO DE “MEDIDAS EMERGENTES NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS AFETADOS – 2.ª FASE”**

Atendendo ao estipulado na alínea b) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, adiante designado por CCP, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a abertura do concurso público para execução da empreitada "MEDIDAS EMERGENTES NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS DE PROTECÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICO AFETADOS- 2.ª FASE", com o valor base de € 201 426 (duzentos e um mil, quatrocentos e vinte e seis cêntimos), acrescido de IVA, nos termos e condições ínsitas nos documentos que instruem o procedimento.

Propõe-se ainda que, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, a Câmara Municipal, designe o respetivo Júri, com a seguinte composição:

- Presidente – Paula Maria Teixeira dos Santos
- Vogal Efetivo – João Pedro Pegado
- Vogal Efetivo – Élia Milene Prata
- Vogal Suplente – Vítor Henriques Silva
- Vogal Suplente – Pedro José Veras.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**27. AGREGAÇÃO DOS SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS – CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO INSTALADORA**

Considerando que:

1. Foi já anteriormente deliberado por esta Câmara prosseguir com os estudos com vista à criação do Sistema Intermunicipal dos Serviços de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de recolha de Resíduos Urbanos, agregando os serviços deste município com os dos municípios de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, com vista a alcançar um serviço de maior qualidade e com maior eficiência;



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

2. Os estudos em causa foram já concluídos e entregues e demonstram a racionalidade económica e financeira acrescentada decorrente da integração dos sistemas municipais em causa;
3. Com base nesses estudos, os vários municípios, no âmbito das conversações e negociações tendentes à criação do sistema intermunicipal, têm apontado para que o sistema intermunicipal a criar deve ser gerido através do modelo de gestão delegada em empresa local intermunicipal, a constituir com participação exclusiva dos Municípios no respetivo capital social, sem prejuízo das deliberações formalmente necessárias a tomar em momento próprio;
4. Nesse pressuposto, estão a ser desenvolvidos os trabalhos necessários para que esse processo avance (mediante assessoria técnica, financeira e jurídica contratada para o efeito), preparando-se as minutas de estatutos e de contrato de gestão delegada, bem como os demais documentos que devem ser apresentados às entidades legalmente competentes, designadamente à entidade reguladora do setor e ao Tribunal de Contas;
5. O prazo limite para a apresentação de candidatura ao Aviso PO SEUR 12-2017-05), designado por “Ciclo Urbano da Água (CUA) – Operações Promovidas por Entidades Gestoras Agregadas”, ao qual apenas podem concorrer entidades gestoras agregadas que prestam serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais em baixa, que abrangam no mínimo 50.000 habitantes residentes e envolvam a totalidade da área territorial de 3 ou mais concelhos, terminará no próximo dia 28 de fevereiro de 2019, o que obriga a que o processo de criação do sistema intermunicipal e da respetiva empresa intermunicipal avance, de ora em diante, a ritmo acelerado;
6. Neste contexto, a apresentação atempada da candidatura do novo sistema intermunicipal ao mencionado Aviso do POSEUR, permitindo assim beneficiar do financiamento associado, pressupõe que se evitem imperativamente todas as demoras desnecessárias, evitando-se quaisquer atrasos, sobretudo os associados à reunião formal da vontade de todos os Municípios;
7. O processo encontra-se atualmente, em termos formais, numa fase de transição, já que, não obstante estarem indiscutivelmente reunidas as vontades materiais dos executivos intervenientes, as decisões formais, em sede de executivo e órgãos deliberativos de cada município não foram ainda tomadas, aguardando-se para o efeito o parecer da entidade reguladora;
8. Os municípios de Penela, Lousã e Penacova têm, desde o primeiro momento, assumido um papel preponderante na dinamização do processo, protagonizando materialmente um papel de liderança material do conjunto dos municípios e um papel agregador de vontades e consensos, mesmo nos momentos mais críticos de alguma hesitação e impasse;
9. Tais municípios reúnem, assim, as condições ideais para, durante a presente fase de transição, se assumirem como representantes de todos os demais municípios na condução do processo e na interação com as entidades competentes - sem prejuízo da sua necessária articulação com cada município sempre que surja a necessidade de alterar matérias que já se encontrem consensualizadas e sem prejuízo do seu dever de informação dos municípios



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

da evolução que o processo vá tendo, contribuindo, assim, para manter o ritmo acelerado que é imperioso impregnar ao processo;

Assim, propõe-se que a Câmara delibere aceitar que os Municípios de Penela, Lousã e Penacova se assumam, até às deliberações de criação do sistema intermunicipal e de constituição da empresa intermunicipal a tomar pelos órgãos autárquicos competentes, como representantes de todos os demais municípios na condução do processo e na interação com as entidades competentes, sem prejuízo da sua necessária articulação com cada município sempre que surja a necessidade de alterar matérias que já se encontrem consensualizadas, bem como do seu dever de informação dos municípios da evolução que o processo vá tendo.

**DISCUSSÃO:**

Usando da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, referiu que, nesta fase, o que importa dizer sobre esta matéria, que considera complexa, e na qual não descortina inequívoca e claramente o ganho efetivo para o Município, é que estranha a constituição de uma Comissão Instaladora.

Seguidamente acrescentou que considera prioritário debater-se a questão a fim de a bancada do PS expor as inúmeras dúvidas que tem sobre esta matéria e perceber, de facto, todo o contexto da mesma, possibilitando, assim, a definição de uma posição sobre este assunto.

Tomando a palavra o Sr. Vereador Nuno Tomás referiu que com base num estudo solicitado pela ERSAR para ponderar a situação da agregação e da não agregação, chegou-se à conclusão de que esta tomada de decisão é inevitável, a que acresce também o conhecimento que tem sobre as perdas.

Em complemento, a Sra. Presidente disse que mesmo que se ponderasse a não entrada na agregação, os tarifários de água e saneamento teriam sempre de ser revistos prevendo-se um agravamento significativo pois não se podem manter pelos valores atualmente aplicáveis, segundo vem sendo veiculado.

De seguida interveio o Sr. Vereador António Henriques para referir que há ali várias questões que carecem de resposta, nomeadamente no que respeita à distribuição de lucros.

Terminando a discussão, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestou-se dizendo que a bancada do PS não se revê nas implicações que esta medida acarreta, devendo o Executivo pesar bem todos os elementos no âmbito desta discussão.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

**28. ENCERRAMENTO**



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 22/2018**

Reunião Ordinária de 30 de novembro de 2018

Não tendo o público presente manifestado interesse em intervir e não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram vinte horas e vinte e três minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: \_\_\_\_\_

A Secretária: \_\_\_\_\_